

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1679/79

INTERESSADO : INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "SANTA TERESA" / CAPITAL
ASSUNTO : Matrícula na 1ª série do 1º Grau de candidato
(a) (s) sem idade legal

RELATOR : Cons. GERALDO RAPACCI SCABELLO

PARECER CEE Nº 261 /80 CEPG Aprov. em 27 / 02 /80

I - RELATÓRIO

A Direção do Instit

Teresa" Capital.....solicita deste Conselho a con-
validação da matrícula de EDSON LUIZ PINTO DE ALMEIDA
na 1ª série do 1º Grau do (a) Instituto de Educação "Santa Teresa"
efetuada em 1978, contrariamente ao que preceitua a Deliberação
CEE nº 22/77.

Instruem o protocolado os seguintes documentos:

- requerimento da Direção da Escola ;
- ficha escolar - histórico de 1978 ;
- ficha individual de 1979 ;
- laudo psicológico ;
- informação da D.E. DRECAP-1 e da Coordenadoria
de Ensino da Região Metropolitana de S. Paulo

II - APRECIÇÃO

Trata-se de irregularidade de vida escolar, por inobservância da Deliberação CEE n° 22/77, publicada no D.O de 30 de setembro de 1977, que assim dispõe:

"Artigo 2° - Excepcionalmente poderão ser matriculados alunos sem a idade fixada no artigo 1° desde que os interessados tenham recebido autorização do Conselho Estadual de Educação mediante requerimento, acompanhado de apreciação favorável assinada por especialista ou educador de comprovada competência.

Parágrafo Único - Todos os pedidos de autorização de que trata este artigo deverão ser encaminhados diretamente ao Conselho Estadual de Educação, protocolados no mínimo sessenta dias antes da data prevista para o início do ano letivo, sob pena de decadência de direito".

A solicitação em apreço não foi encaminhada a este Conselho no prazo fixado pela citada Deliberação, descumprindo se, portanto, o disposto no artigo 2°.

Este Conselho já firmou orientação para casos desta natureza através do Parecer CEE n° 330/79, que deve, portanto, ser aplicado neste caso quando diz:

"É nula, portanto, a matrícula do aluno efetivada com descumprimento da Deliberação CEE n° 22/77. Considerando, no entanto, o princípio de aproveitamento de estudos, deve a Secretaria da Educação, através dos órgãos competentes, proceder à avaliação da escolaridade do aluno. Se desse processo se concluir que o aluno está em condições de cursar a 2ª série, fica autorizada sua matrícula nessa série, caso contrário, deverá retornar à 1ª série em 1979.

O (a) (s) aluno (a) (s) em questão em 1979 está (ão) cursando a 2ª série irregularmente.

III - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de considerar nula a matrícula do (a) (s) aluno (a) (s) EDSON LUIZ PINTO DE ALMEIDA efetuada em 1 9 7 8 , na 1ª série da Escola de 1º Grau Instituto de Educação "Santa Teresa" Capital de estado

Fica a Secretaria/da Educação autorizada a proceder à avaliação da escolaridade do (a) (s) aluno (a) (s) a fim de determinar em que série deverá (ão) ser matriculado (a) (s).

Relatório circunstanciado desse processo de avaliação deve ser encaminhado a este Conselho, indicando em que série foi autorizada a matrícula em 1 9 8 0 .

Advirta-se a escola que efetuou a matrícula do (a) (s) aluno (a) (s) na 1ª série, pela inobservância do disposto no artigo 2º da Deliberação CEE nº 22/77.

São Paulo, 23 de janeiro de 1980

a) Cons. Geraldo Rapacci Scabello
Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu parecer o Voto do Relator. Presentes os Nobres Conselheiros: Geraldo Rapacci Scabello, Gerson Munhoz dos Santos, Jair de Moraes Neves, João Baptista Salles da Silva, Emanuel V. Garcia, Honorato De Lucca e Roberto Moreira.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 13 de fevereiro de 1980.

a) Conselheiro Jair de Moraes Neves
Presidente